

# QUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS EM CIDADES LITORÂNEAS

## Estudo de Caso em Balneário Camboriú / SC

**Renata Franceschet Goettems, Ayrton Portilho Bueno**

Universidade Federal de Santa Catarina.

Mail: [arqrenatagoettems@gmail.com](mailto:arqrenatagoettems@gmail.com)

[ayrtonbueno@hotmail.com](mailto:ayrtonbueno@hotmail.com)

### RESUMO

Este artigo faz parte de uma pesquisa de tese que está se desenvolvendo no programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo PósARQ UFSC e tem por objetivo identificar os espaços públicos existentes na cidade de Balneário Camboriú, bem como identificar atributos que estes espaços tem ou não que garantam sua apropriação. Para isso, elencou-se a observação dos espaços e a entrevista com os usuários como forma de compreender sua ocupação/apropriação. O levantamento dos espaços de praças e parques foi realizado através de pesquisas junto a órgãos de planejamento municipal. Esse levantamento permitiu perceber que alguns dos espaços elencados como praças pela secretaria são apenas elementos componentes do sistema viário, sendo estes descartados desta pesquisa. Assim, observaram-se duas praças e um parque e percebeu-se que a apropriação destes espaços ficou comprometida em alguns momentos por estes não possuírem mobiliário adequado ou mesmo vegetação adequada ao clima local.

**Palavras chaves:** Arquitetura e Urbanismo; Espaços livres públicos; qualidade do lugar

### ABSTRACT

This article is part of a research thesis which is being developed in the graduate in Architecture and Urbanism PósARQ UFSC program and aims to identify existing public spaces in the city of BalnearioCamboriu, as well as identify those attributes that have spaces or not guaranteeing their ownership. To do so, has listed the observation and interview spaces with users in order to understand their occupation/ownership. The survey of areas of squares and parks was conducted through surveys of Tourism Department. This survey allowed to realize that some of the squares as listed by the secretariat spaces are component parts of the road system, which are discarded in this study. Thus, there are two squares and a park and it was realized that ownership of these spaces was compromised at times by those not having proper furniture or even appropriate to the local climate vegetation.

**Key words:** Architecture and Urbanism, public open spaces, quality of place

## 1. INTRODUÇÃO

Com o crescimento econômico tanto das cidades litorâneas, quanto das cidades do interior, iniciam-se movimentos para a ocupação de áreas litorâneas balneárias antes não ocupadas. Essas áreas litorâneas passam a receber indivíduos de cidades próximas que veem o local como espaço de lazer e recreação. Tal ocupação, que era apenas de lazer, passa a ser lucrativa à medida que as cidades investem no turismo local, na exploração das belezas naturais e em atrativos que convidam pessoas de locais distantes a frequentar tais áreas. O incentivo ao turismo faz com que a economia dessas cidades balneárias cresça, conseqüentemente crescem o número de imóveis e de indivíduos habitando o local. Tais cidades passam, de locais de lazer, com uma ocupação predominantemente em finais de semana, férias e feriados, para um local de residência com uma população constante durante o ano. Assim, começam a surgir investimentos públicos nas áreas de orla, deixando-se as áreas públicas de lazer do interior da malha urbana a margem desse crescimento, fazendo com que tais locais fiquem esquecidos e não sejam apropriados de forma plena pela população.

Questiona-se, então, que: com opções variadas na orla próxima, **quais fatores determinam ou influenciam na maior ou menor vitalidade dos espaços livres de cidades litorâneas e turísticas, como o caso de Balneário Camboriú, ou mais especificamente, que qualidade esses espaços devem ter para serem utilizados/apropriados?**

Na busca para a resposta a essa pergunta, procurou-se apoio nos estudos de psicologia ambiental, já que esta está baseada na interdisciplinaridade, envolvendo tanto aspectos psicológicos, quanto sociais, culturais, ecológicos, geográficos, urbanos, arquitetônicos e tantos outros que se relacionam direta ou indiretamente com o ser humano. Essa interdisciplinaridade pode ser evidenciada na citação de Lynch (2011), quando este propõe um “modo prazeroso” de ver a cidade. Para ele os elementos móveis de uma cidade, em especial as pessoas e suas atividades, são tão importantes quanto as partes físicas estacionárias (Lynch, 2011, p. 1-2). Assim, pode-se dizer que o imaginário dos indivíduos que utilizam os espaços públicos é importante a medida que esse interfere na forma como os indivíduos experimentam o local, como o utilizam e como o modificam para atender às suas necessidades.

Pretende-se entender quais qualidades/atributos os espaços públicos devem possuir para atrair as pessoas a usá-los de forma plena. Aguiar (2012), referem-se a qualidade desses espaços como urbanidade, ou seja, a qualidade daquilo que é urbano. Para o autor a urbanidade está no modo como a relação espaço/corpo se materializa. Essa qualidade do urbano em relacionar-se com o ser (seja ele individual ou coletivo), ou do ser relacionar-se com o urbano, pode ser mais bem compreendida se analisada sob a ótica da psicologia ambiental.

No contexto deste estudo, buscou-se analisar como as pessoas percebem o espaço urbano livre com a finalidade de entender a dinâmica de sua utilização, dessa forma procurar-se-á compreender a relação existente entre a pessoa e o ambiente por ela ocupado, suas relações positivas e negativas, com a finalidade de avaliar, sob a ótica da psicologia ambiental, como o ser interfere no ambiente urbano e como o ambiente interfere no ser.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Percebe-se, atualmente, uma tendência à realização de pesquisas de avaliação e reavaliação que retornem informações relativas ao uso de espaços públicos e privados e ao comportamento dos usuários, buscando subsídios para um aprimoramento desses espaços a fim de melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. Na busca de subsídios ao aprimoramento dos espaços, Almeida (2001) afirma que se sabe muito sobre ‘como fazer’ (tecnologias), mas para saber ‘como fazer funcionar’, depende de investigar ‘para quê’ irá servir um lugar é a pesquisa da relação entre a pessoa e o ambiente que irá ‘con-formar’ o projeto, ou seja, fundamentá-lo. Essa fundamentação (para quê serve o lugar?) tem como base os estudos de comportamento ambiental, que procuram entender como os espaços são utilizados pelo homem. Sob a ótica dessa interdisciplinaridade o lugar deixa de ser encarado apenas a partir das suas características físicas (construtivas) e passa a ser avaliado enquanto espaço “vivencial”, sujeito à ocupação, leitura, reinterpretação e/ou modificação pelos usuários (ELALI, p.353, 1997). Dessa forma, a análise de ambientes toma foco no uso dos espaços bem como na valorização e compreensão do ponto de vista do usuário.

Esse usuário experimenta o meio através de todos os sentidos, e qualquer elemento/dado se manifesta através da percepção que temos destes, ou da percepção que outros têm desses mesmos elementos. Assim sendo, o mundo no qual vivemos é um espaço a ser percebido, e do qual tiramos informações que

serão organizadas e transformadas em ações/espacializações. Todas as ações humanas acontecem no espaço, e isso não quer dizer espaço urbano-arquitetônico, mas sim qualquer espaço físico do mundo. Não se pode analisar a percepção fora de um contexto espaço-temporal (DISCHINGER, 2000). Como seres que espacializam seus desejos e necessidade, criamos arquitetura, mesmo sem compreendê-la. Rapoport(1984) afirma que todos os ambientes, assim como os artefatos humanos, foram projetados no sentido de que eles englobam as decisões e escolhas humanas e sua maneira específica de fazer as coisas, sendo possível afirmar que o homem não existe separadamente do mundo, nem o mundo é uma extensão do homem.

Nessa dinâmica relação existente entre o indivíduo e o espaço por ele utilizado, Moser (apud ELALI, 2012) evidencia ser necessária a compreensão das definições de: relação, pessoa e ambiente. Para o autor: **relação** corresponde ao entendimento do objeto sob uma visão holística, ou seja, como um todo e não como as partes, deste modo, os espaços devem ser entendidos na sua totalidade de usos e de tempo; já a **pessoa** está associada à compreensão dos seres envolvidos como “seres psicológicos”, como aqueles que têm características próprias, sentem, pensam e agem individualmente ou como parte de um grupo; e, por fim, **ambiente** refere-se às dimensões espaciais e temporais das situações investigadas, em suas várias escalas, desde a micro até a macro (global). Assim, o usuário passa a ser sujeito do espaço, movendo-se para lugares onde existe algo a ser feito.

Os lugares passam a ter significado quando vivenciados pelas pessoas, surge então à noção de “espaço vivido”.O espaço vivido é aquele que comporta as espacializações que nos fizeram felizes, ansiosos, tristes ou alegres, ou seja, aquele que possui alguma significação para o indivíduo, remete-se ao ambiente construído – a arquitetura (MALARD, 2006). Portanto, pode-se afirmar que o espaço possui elementos que vão muito além de relações geométricas e propriedades físico-construtivas, o espaço é composto também pela relação que o indivíduo tem com ele, pela significação que cada um dá a um determinado lugar, ou seja, a relação entre o sujeito e o objeto. Assim, podemos dizer que uma cidade vivida não é inerte, sendo habitada cria espaços significativos aos seus usuários.

O entendimento do ponto de vista dos usuários é importante pois ajuda a compreender como ele irá utilizar esse espaço e quão significativo é determinado local. Esse entendimento poderá ser mais bem compreendido através de entrevistas/diálogos desenvolvidos com frequentadores dos espaços analisados. Pretende-se, também, analisar como os espaços livres podem tornar-se ou não significativos aos seus usuários, buscando entender “para quê?” serve o espaço analisado, quais os atributos necessários para esses locais, como eles são utilizados pelas pessoas e quais os fatores influenciam na maior ou menor utilização do lugar. Para isso, serão realizadas análises de espaços abertos (traços físicos) segundo metodologia desenvolvida por Zeizel, bem como a interpretação da percepção dos usuários conforme aporte teórico de Malard, Hall e outros perceptivos.

### 3. OBJETO DE ESTUDO

Esta pesquisa está se desenvolvendo na cidade de Balneário Camboriú, por esta ser uma cidade pólo na região, tanto econômica quanto turisticamente, sendo reconhecida nacional e internacionalmente. O município possui uma área de aproximadamente 47 km<sup>2</sup> e uma população estimada pelo IBGE<sup>1</sup> de 120.926 habitantes para o ano de 2013, dados fornecidos pelo censo 2010.

Ao longo de seu desenvolvimento urbano, a cidade de Balneário Camboriú passou por grandes transformações na paisagem urbana. De local pouco adensado e com tipologias de edificações baixas na década de 1920 para ambiente altamente adensado e com edifícios altos próximos a orla na atual década.

---

<sup>1</sup>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



**Imagem 1: Evolução urbana da cidade de Balneário Camboriú.**Esquerda: Década de 1920 – Direita: Década de 2010.  
Fonte: Banco de Imagens Google, 2013.

Balneário Camboriú, como muitas cidades brasileiras, teve um crescimento urbano acelerado e desordenado. Esse crescimento pode ser mais bem observado através das imagens acima. Na década de 1920, percebe-se o município como local com uma grande área a ser loteada, com vias bem definidas e sem muita preocupação com espaços urbanos de encontro da população que viria a habitar o local, o que pode ser confirmado pela imagem aérea da década de 2010, onde é possível identificar uma massa de edifícios e poucos espaços verdes de lazer, priorizando-se a orla local como espaço de convívio, lazer e socialização.



**Imagem 2: Imagens da orla central do município em dia de verão .**  
Fonte: Acervo dos autores, 2014.

A confirmar essa falta de espaços verdes de lazer, a Secretaria do Turismo aponta a existência de 19 áreas verdes espalhadas pela cidade, incluindo-se praças, parques e zoológico. Todavia, algumas dessas praças não possuem vegetação significativa, sendo que, muitas vezes, sequer possuem grama rasteira ou bancos, o que inibe uma apropriação efetiva dos locais, e os tornam muito mais elementos integrantes do sistema viário local.

#### **4. METODOLOGIA**

Partindo-se do fato que a presente pesquisa pretende compreender os processos dinâmicos que ocorrem nos espaços públicos urbanos e tem um caráter multidisciplinar, procurou-se elencar estratégias que ajudassem a compreender a interação usuário x ambiente. Optou-se, então, pelo uso de estudo de caso, empregando a este uma abordagem qualitativa que objetiva a interpretação e a compreensão dos dados coletados em campo. Através desta abordagem acredita-se ser possível considerar o ambiente natural como fonte direta para a aquisição de informações (SILVA; MENEZES, 2005).

Entende-se necessário, também, a elaboração de etapas processuais que levarão em conta os levantamentos realizados tanto de referencial teórico quanto os levantamentos dos dados da região com a finalidade de otimizar o andamento da pesquisa. Assim, foram mapeadas praças e parques do município, e identificados aqueles espaços como maior e menor potencial de apropriação pelos usuários, sendo estas descartadas na fase de observação dos locais.

A observação do local é importante para compreender como os indivíduos se apropriam e utilizam os espaços, todavia, o desenvolvimento de diálogos como os usuários é importante a medida que agrega informações importantes quando se quer compreender o que atrai pessoas a utilizarem ou não tal ambiente, quais suas expectativas em relação ao local, o que poderia melhorar ou o que poderia ser evitado.

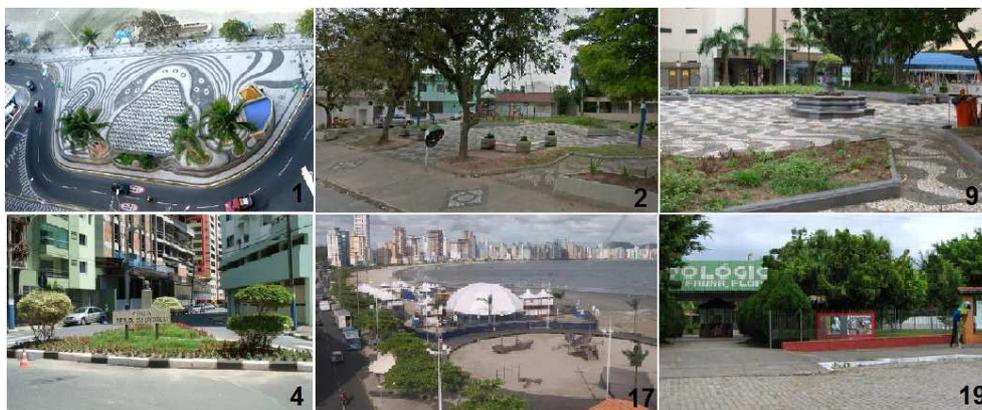
Para verificar o comportamento ambiental dos indivíduos no lugar, optou-se pela observação dos espaços e pelo auxílio de imagens (fotografias) que ajudam na compreensão de como este espaço é utilizado. Essa forma de compreender o espaço tem apoio na teoria de comportamento ambiental na qual se baseiam Hall, Gifford, Malard, Elali dentro outros perceptivos.

A identificação e o mapeamento dos espaços de praças e parques cadastrados em órgãos municipais de planejamento foi realizado por meio de visitas locais, bem como pela utilização de dados existentes nas secretarias competentes.

## 5. ESTUDO DE CASO

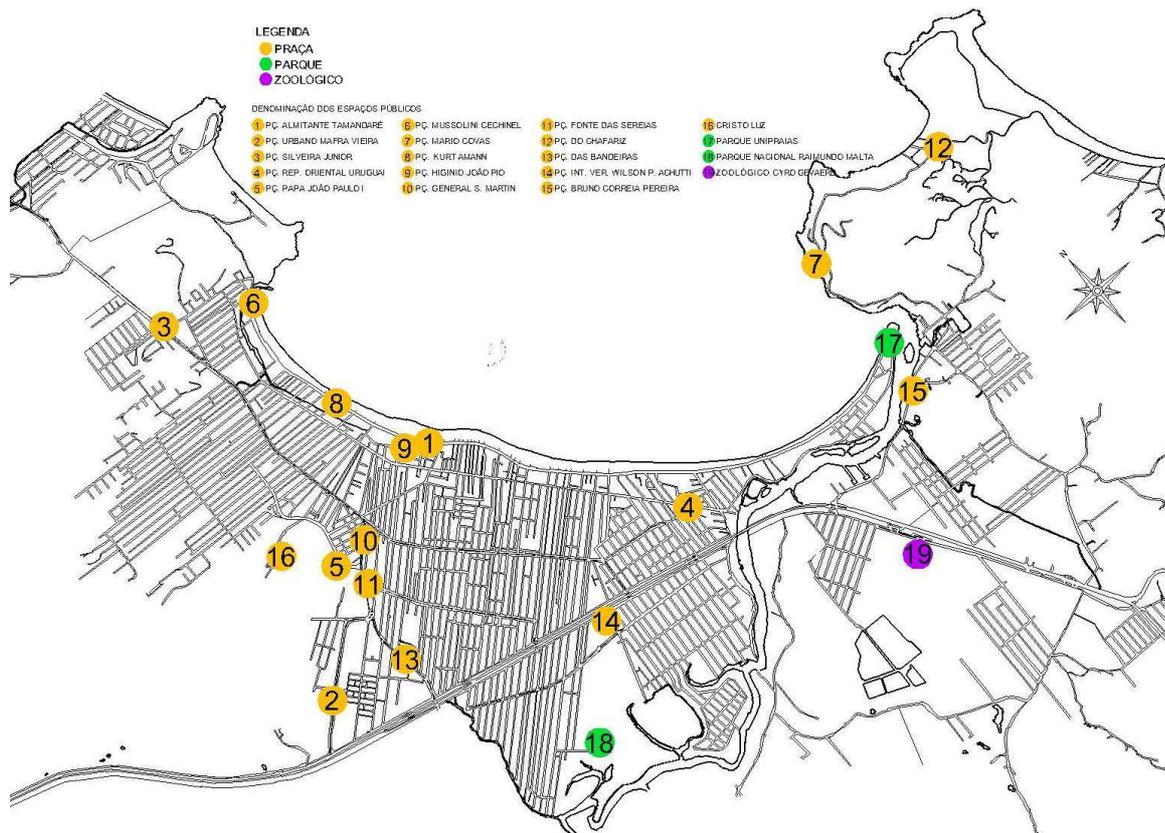
A presente pesquisa está se desenvolvendo na cidade de Balneário Camboriú/SC e é parte integrante de um projeto de tese inserido no programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PósARQ).

Através dos levantamentos de dados e pesquisas junto aos órgãos de turismo do município, foram encontrados 19 espaços considerados pelas secretarias como praças ou parques, mapeados como mostra a imagem 3. No entanto, alguns destes locais são meros integrantes do sistema viário, não sendo considerados como espaços de lazer nesta pesquisa. Assim, foram analisados apenas aqueles espaços que permitem real apropriação por parte dos usuários, destacando-se aqui a Praça Almirante Tamandaré (1), a Praça Higinió João Pio (9) e o Parque Nacional Raimundo Malta (18).



**Imagem 3: Fotos de alguns dos espaços públicos relevantes a pesquisa de Balneário Camboriú mapeados - numerados conforme legenda do mapa.**

Fonte: Autores, 2014.



**Imagem4: Mapeamento dos espaços públicos de praças e parques da cidade de Balneário Camboriú.**

Fonte: Camboriú, 2014, modificado pelos autores.

Observando-se o mapa acima, percebe-se que existe uma concentração de praças na região nordeste do município. Essa zona configura a área mais antiga e primeiramente povoada do município. Destas praças e parques, destacam-se aquelas que não fazem parte do sistema viário e, conseqüentemente, configuram locais de passeio, recreação ou contemplação, sendo elas: Praça Almirante Tamandaré (1); Praça Mussolini Cechnel (6); Praça Higino João Pio (9); Praça Ver. Wilson Achutti (14); Praça Bruno Correia Pereira (15); Parque Unipraias (17) e Parque Nacional Raimundo Malta (18).

As praças e parques destacados acima podem ser assim caracterizados:

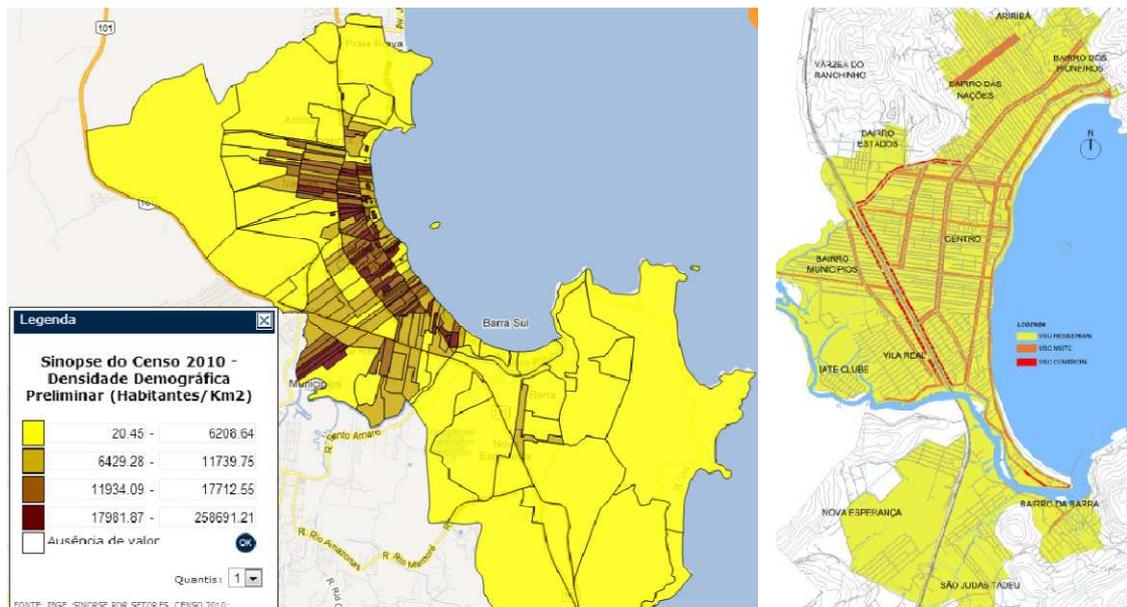
- Proximidade com a orla: 1; 6; 9; 15 e 17;
- Praças ou parques no interior do município: 14 e 18;
- Locais destinados a contemplação/estar: 1; 9, 15 e 18;
- Espaços destinados a práticas esportivas ou atividades de recreação: 6, 14, 17 e 18;
- Praças/parques com dimensão inferior a 500m<sup>2</sup>: 1, 6, 9, 14 e 15;
- Praças/parques com dimensão superior a 500m<sup>2</sup>: 17 e 18.
- Ambientes localizados em regiões de alta densidade, com uso misto e edificações em altura: 1, 6, 9 e 17;
- Localizados em regiões de média densidade, uso predominantemente residencial e edificações baixas: 14, 15 e 18;

As praças localizadas próximas a orla são, em sua grande maioria, para a contemplação da paisagem. Porém, em um número menor, também são encontradas praças destinadas ao lazer infantil. Já as praças localizadas mais no interior do município, próximas a BR 101, estão em estado de abandono, sendo pouco freqüentadas por moradores locais. Ainda, os parques possuem grande diferença quanto ao uso, o Parque Nacional é destinado a contemplação, ao descanso e a prática de atividades como caminhadas e corridas. Em contra partida, o Parque Unipraia, está voltado ao turismo e ao lazer de aventura, disponibilizando aos usuários atividades como o arvorismo, tirolesa e passeio de baondinho.

O município em estudo, devido a sua pequena dimensão territorial (47km<sup>2</sup>) não possui área considerada rural, e sua área urbana é predominantemente mista, com poucos bairros residenciais, sendo estes mais afastados da orla. Ainda, é possível afirmar, segundo dados fornecidos pela prefeitura municipal, pelo IBGE e levantamentos *in loco*, que as áreas mais adensadas estão próximas a orla, sendo também as áreas com maior número de edificações em altura e com maior diversidade de serviços oferecidos a população. Dessa

forma, percebe-se que as praças e/ou parques mais frequentemente utilizados são aqueles inseridos nessa região da cidade.

Por meio da realização das observações (período de verão e durante o dia), notou-se que os espaços mais utilizados e com maior concentração de pessoas eram aqueles mais próximos da orla, justamente por esta área ser a região mais adensada do município. Assim, com a finalidade de observar as formas de usos de alguns espaços públicos, foram escolhidas duas praças da região mais adensada bem como, em contraponto, um parque na região com menor densidade populacional. Optou-se então pela Praça Almirante Tamandaré, Praça Higino Pio e Parque Nacional Raimundo Malta, que serão descritos abaixo.



**Imagem 5: Mapa da Sinopse do Censo 2010 – Densidade Demográfica (esquerda) e Mapa de uso do solo (direita).**  
Fonte: Censo IBGE de 2010 (esquerda) e Acervo dos Autores, 2014 (direita).

## 5.1 Parque Nacional Raimundo Malta

O Parque Nacional Raimundo Malta, é parte integrante de uma área de reserva (unidade de conservação), localiza-se no interior da malha urbana em uma região pouco adensada, com edificações baixas variando de 1 a 8 pavimentos e em uma área com predominância de uso residencial. Sua localização é pouco conhecida e identificada em placas na cidade e, por consequência, é um local pouco utilizado se considerarmos sua dimensão e sua estrutura de parque de lazer/contemplação.



**Imagem 6: Parque Nacional Raimundo Malta.**  
Fonte: Acervo dos Autores, 2014.

Este espaço foi observado em um período de 7 dias e, durante este período percebeu-se que em dias de semana, o parque é pouco utilizado por visitantes, tendo suas atividades mais frequentes sendo realizadas por funcionários da secretaria do Meio Ambiente, locada no interior do parque. Já nos finais de semana, notou-se grande movimentação de usuários (famílias, jovens adultos e crianças) que lá chegavam para desenvolver atividades de lazer e contemplação. Através de diálogos desenvolvidos com usuários do

parque, foi possível compreender melhor seu uso e apropriação. No que se destaca a fala de uma usuária, que ela expõe que o parque é uma das poucas opções de área verde do município.

## 5.2 Praça Almirante Tamandaré

A Praça Almirante Tamandaré é o marco zero do município, está inserida em uma área central de grande densidade populacional e cercada por edifícios em altura (variando de 15 a 50 andares). É um ponto de encontro entre indivíduos de várias idades e vários grupos sociais, servindo também como local de passagem por estar junto ao calçadão da orla. É um local bastante movimentado, o que não é sinônimo de utilização. O espaço da praça é consideravelmente grande para o local, porém não é muito atrativo ao uso e a apropriação, pois não possui mobiliário para tal, sendo equipada apenas com alguns bancos lineares e possuindo pouca vegetação significativa para o sombreamento do local nos dias mais quentes de verão, como pode ser observado nas imagens abaixo. Todavia, a partir de determinado horário, os altos prédios próximos ao local produzem sombra, possibilitando a utilização deste espaço durante o entardecer (como é possível ver na foto abaixo e a esquerda).



**Imagem 7: Praça Almirante Tamandaré.**

Fonte: (Esquerda) Acervo dos Autores, 2014. (Direita)ArquiPólis, site: vivabalneario.com.br, 2013.

Nota-se que, para a utilização da praça, as pessoas levam suas próprias cadeiras, como pode ser visto na foto da esquerda, onde um grupo de idosos joga dominó em cadeiras e mesas próprias, fato que interfere na forma como os indivíduos utilizam o espaço, mas que propicia certa apropriação e demarcação de espaço por parte dos usuários. Outro ponto importante a ser observado é a utilização da praça apenas nos locais sombreados, pois o espaço não possui vegetação significativa que proporcione sombra aos usuários, sendo esta proveniente dos edifícios que estão no entorno da praça, o que faz com que o local não seja utilizado nos horários em que há maior incidência de luz. A praça pode ser entendida, também, como uma barreira aos veículos, que devem diminuir sua velocidade com a finalidade de contorná-la, o que a torna um marco visual para aqueles que trafegam no local.

## 5.3 Praça Higino João Pio

A praça Higino Pio, também localiza-se em uma área central, com alta densidade populacional e cercada por edifícios em altura que tem em seu pavimento térreo lojas, bares e restaurantes. O local também serve como área de acesso de carros às garagens dos edifícios, bem como de acesso de pedestres às áreas de serviço das edificações.



**Imagem 8: Praça Higino João Pio.**

Fonte: Acervo dos Autores, 2014.

Por estar cercada por edifícios, é um espaço sombreado na maior parte do tempo. Seus maiores atrativos são os bares que a cercam, conseqüentemente sua maior utilização ocorre no período de funcionamento destes (noturno). Por não possuir muitos bancos, nem ser uma área de contemplação da paisagem, sua ocupação no período diurno fica restrita a raros momentos. Todavia, percebe-se uma apropriação peculiar deste espaço, os usuários utilizam os altos canteiros como bancos para recostarem-se por alguns instantes, ou mesmo permanecer por algum tempo.

## 6. CONCLUSÕES

Esta pesquisa ainda encontra-se em andamento e necessita de um olhar mais aprofundado no que se refere às questões culturais dos indivíduos que utilizam os espaços analisados, porém é possível perceber nesses locais que existe pouco ou nenhum mobiliário urbano ou vegetação significativa que permita grandes apropriações. Em alguns espaços, quando este mobiliário existe, ele é organizado de tal forma que não permite a interação entre as pessoas, como é perceptível na Praça Almirante Tamandaré (bancos na periferia da praça e em linha). E em locais onde a vegetação é predominante (Parque Nacional) os caminhos definidos como percurso são abertos e não protegidos pelas copas das árvores. Percebe-se ainda que, existe maior concentração de mobiliários/vegetação na orla, por este ser o espaço do município mais divulgado nas mídias e mais explorado pelo turismo. Nesta análise, buscou-se observar/compreender como os indivíduos/usuários se apropriam ou não destes locais de lazer, quais suas qualidades e fraquezas. Para dar andamento a este estudo, será necessária uma análise aprofundada que permita compreender o que leva as pessoas a utilizarem espaços distintos da orla, quais suas expectativas em relação aos espaços urbanos e o que consideram ser atrativo no local sejam questões físicas de mobiliário, ou questões sócias de encontros/desencontros provocados pelo espaço urbano.

**ÁREA TEMÁTICA:** Morfologia urbana; Métodos de planejamento e instrumentos, concepção e gestão urbana.

## BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, D. Urbanidade e qualidade da cidade. In: RHEINGANTZ, P. A.; PEDRO, R. **Qualidade do lugar e cultura contemporânea**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro FAU/PROARQ, 2012. p. 119-130.

ALMEIDA, M. M. D. **Da experiência ambiental ao projeto arquitetônico**: um estudo sobre o caminho do conhecimento da arquitetura. Florianópolis: UFSC Tese (doutorado), 2001.

DISCHINGER, M. **Designing for all senses**: accessible spaces for visual impaired citizens. Göteborg, Suécia: [s.n.], 2000.

ELALI, G. A. Psicologia e Arquitetura: em busca do lócus interdisciplinar. In: ELALI, G. A. **Estudos de Psicologia (Natal)**. Natal, RN: [s.n.], v. 2, 1997. p. 349-362.

HALL, E. T. **A dimensão oculta**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. 3ª. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

MALARD, M. L. Entendendo a natureza do espaço arquitetônico. In: MALARD, M. L. **As aparências em arquitetura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. Cap. 3, p. 25-56.

MOSER, G. Examinando a congruência pessoa-ambiente: o principal desafio para a psicologia ambiental. **Estudos de Psicologia**, Paris, França, p. 331-333, 2003.

MOORE, G. T. Estudos de Comportamento Ambiental. In: SNYDER, J. C.; CATANESE, A. **Introdução à Arquitetura**. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda., 1984. Cap. 3, p. 65-91.

PAPANÉK, V. Sentir a habitação. In: PAPANÉK, V. **Arquitetura e Design**: ecologia e ética. Edição 70. ed. Lisboa, Portugal: [s.n.], 1995.

RAPOPORT, A. Origens culturais da arquitetura. In: SNYDER, J. C.; CATANESE, A. **Introdução à Arquiteura**. Rio de Janeiro: Editora Campos Ltda., 1984. Cap. 1, p. 26-42.

SILVA, E. L. D.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4<sup>a</sup>. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

TRUJILLO, J. H. S. **Uso y apropiación de los espacios públicos**. Medellín: Impregón, 2010.